



# As contribuições críticas de Ignacio Martín-Baró: notas sobre saúde mental, fatalismo e guerra\*

## The critical contributions of Ignacio Martín-Baró: notes on mental health, fatalism, and war

*Clara Barbosa de Oliveira Santos<sup>a</sup>*

 <https://orcid.org/0000-0001-7134-3332>

*Rachel Gouveia Passos<sup>a</sup>*

 <https://orcid.org/0000-0003-2267-0200>

**Resumo:** Busca-se apresentar brevemente as elaborações do psicólogo social Ignacio Martín-Baró e suas categorias “saúde mental”, “fatalismo” e “guerra”, parte das reflexões iniciais de um processo de doutoramento em curso. Opta-se por um resgate bibliográfico, de caráter qualitativo, das produções e do pensamento de Martín-Baró, tratando sua atualidade com relação à realidade brasileira. O texto é finalizado com alguns apontamentos para futuras discussões, considerando que a pesquisa em tela está em andamento.

**Palavras-chave:** Ignacio Martín-Baró. Saúde mental. Fatalismo. Guerra.

**Abstract:** This work seeks to briefly present the elaborations of the social psychologist Ignacio Martín-Baró and his categories of “mental health”, “fatalism”, and “war”, as part of the initial reflections of an ongoing doctoral research process. A qualitative bibliographic review of Martín-Baró’s work and thought is chosen, addressing its relevance to the Brazilian context. The text concludes with some notes for future discussions, considering that the research in question is still in progress

**Keywords:** Ignacio Martín-Baró. Mental health. Fatalism. War.

\*Este artigo foi financiado a partir do Edital CNPq Universal 2023.

<sup>a</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

**Recebido:** 23/7/2024 ■ **Aprovado:** 23/8/2024

## Introdução

**E**ste trabalho propõe-se a apresentar algumas reflexões que estão em desenvolvimento no processo de doutoramento de uma das autoras, o qual almeja analisar as expressões do fatalismo presentes nas legislações do campo da saúde mental brasileira. Este objeto não é o foco do corrente artigo: neste espaço, pretende-se apresentar uma parcela da obra do psicólogo e militante salvadorenho Ignacio Martín-Baró (1942-1989) e suas categorias analíticas “saúde mental”, “guerra” e “fatalismo”, relacionando-as com algumas elaborações marxianas e de cunho marxista selecionadas.

As elaborações desse autor não são conhecidas amplamente pelos(as) profissionais e pesquisadores(as) da área do Serviço Social e, por isso, compreende-se a importância de apresentá-lo, explicando as categorias supracitadas, já que seus textos trazem elementos fundamentais para se entender as particularidades da América Latina visando à totalidade, e podem engrandecer as pesquisas em Serviço Social.

O texto está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico, tem-se o intuito de apresentar uma breve biografia desse intelectual, e a relação de sua trajetória de vida político-profissional com sua militância e produção teórica no campo da Psicologia. No segundo tópico, retomam-se as elaborações de Martín-Baró, em que este desenvolve sobre o fatalismo latino-americano (o qual problematizaremos), a sua concepção de saúde mental, de guerra não declarada e violência sistêmica, tomando o contexto da guerra civil em El Salvador. Finalmente, encerra-se com algumas considerações e apontamentos desta discussão.

### 1. Pressupostos teórico-metodológicos do pensamento de Ignacio Martín-Baró

Ignacio Martín-Baró (1942-1989), também conhecido como “*el rojo*” ou “Nacho” para familiares e amigos, tem como local de nascença a

cidade de Valladolid, na Espanha. Mais tarde, em sua vida, foi radicado salvadoreño, dedicando sua vida, obra e organização política às pautas de luta das massas pauperizadas da América Latina (Pamplona, 2021).

Passou a maior parte de sua infância e juventude em Valladolid, e estudou no colégio jesuíta São José, onde teve contato com ideias religiosas que o fizeram se interessar tanto pelos estudos teológicos — escolhendo formar-se padre e seguir para uma congregação — quanto o estimularam a desenvolver e aprofundar seu desejo pela escrita (Oliveira *et al.*, 2015). Em 1959 (curiosamente, mesmo ano da Revolução Cubana), aos 17 anos, ingressou na Companhia de Jesus, em Orduña. Por conta de seus compromissos religiosos, foi enviado para missões no exterior, mudando-se para as Américas Central e Sul (Equador, Colômbia e El Salvador).

Na Colômbia, nos anos 1960, Martín-Baró concluiu o bacharelado em Filosofia e, logo em seguida, obteve a licenciatura em Filosofia e Letras. Após, mudou-se para El Salvador — país onde passou grande parte de sua fase adulta e de produção teórica ativa, e no qual estabeleceu seus vínculos sociopolíticos — e se graduou em Teologia, em 1970, na Bélgica.

Cinco anos depois, obteve a licenciatura em Psicologia pela Universidade Centroamericana José Simeón Cañas (UCA) (Oliveira *et al.*, 2015; Lacerda Junior, 2017), escola em que veio a lecionar. As UCAs surgem, inicialmente, como uma tentativa dos jesuítas de conter o recrudescimento do comunismo. Entretanto, as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela luta política organizada e pela efervescência das críticas antirregime, o que vieram a influenciar na modificação dos objetivos desses espaços universitários em específico (Guzzo; Lacerda Jr., 2022). Tornou-se mestre em Ciências Sociais em 1977 e, em 1979, concluiu o doutorado em Psicologia Social e Organizacional, em Chicago (EUA).

Em seus estudos, profícuos ao longo dos anos 1980,<sup>1</sup> dedicou-se a investigar a realidade social de El Salvador, em especial, os aspectos

---

<sup>1</sup> Período esse em que se tornou vice-reitor da UCA e criou o Instituto Universitário de Opinião Pública da UCA (Iudop), visando institucionalizar os esforços acadêmicos para legitimação da Psicologia Social da Libertação no espaço universitário (Oliveira *et al.*, 2015), linha da Psicologia

referentes à violência — uma das discussões que mais aprofundou durante sua trajetória acadêmica —, a preocupação com os rebatimentos das desigualdades sociais (questões de ordem objetiva), nos setores populares do país, e o seu “correlato psíquico” (Pamplona, 2021): a saúde mental desses sujeitos e o “fatalismo latino” (questões entendidas como de ordem subjetiva).

Martín-Baró objetivava compreender o papel da Psicologia diante das condições concretas de vida da população salvadorenha,<sup>2</sup> defendendo a inserção da profissão não de forma asséptica/neutra, mas como uma intervenção em serviço dos pauperizados, atuando para e junto à organização política dos setores populares, rumo a uma superação dos conflitos gerados por uma determinada forma social (Lacerda Junior, 2017).

Devido ao caráter crítico e de denúncia de suas pesquisas, Martín-Baró foi alvo de perseguições políticas, realizando “[...] a maior parte de sua produção acadêmica longe da tranquilidade e serenidade que se pressupõe em uma vida acadêmica encastelada em seu próprio fazer, na maioria das vezes distante da realidade concreta” (Oliveira *et al.*, 2015, p. 209).

Tais períodos de perseguição política referem-se à guerra civil financiada pelo Estados Unidos, que assolou El Salvador entre os anos 1980 e 1992, período em que se materializaram as intervenções profissional, política e teórica de Martín-Baró<sup>3</sup> — guerra essa que, de maneira orquestrada

---

da qual Martín-Baró é um precursor. Como exposto pelos autores: “O Iudop teve importância para a investigação da realidade dos setores populares salvadorenhos e as múltiplas determinações às quais estavam submetidos, pretendendo, assim, traçar caminhos para a libertação da opressão, da injustiça e das condições inumanas presentes na vida da maioria salvadorenha” (Oliveira *et al.*, 2015, p. 210).

<sup>2</sup> Cabe pontuar que, assim como desferiu críticas à Psicologia, Baró também travou questionamentos à religião, ao papel da Igreja e dos cristãos diante de uma sociedade desigual e que reproduz estruturas violentas. Como exposto por Lacerda Junior (2021), em sua monografia de Teologia, Baró coloca que em uma sociedade desigual “a revolução é uma exigência insubstituível” e “o cristão está obrigado a participar ativamente nesta revolução”. (Martín-Baró *apud* Lacerda Junior, 2017, p. 21), já demonstrando a influência dos princípios da Teologia da Libertação.

<sup>3</sup> Destaca-se que a conjuntura dos anos 1980 em El Salvador é diversa daquela vivenciada por Baró em seu período de congregação nos anos 1970: o país já vivenciava um conflito armado

e trágica, o exterminou brutalmente. Conforme Lacerda Junior (2017), entre 1979 e 1980, a guerra salvadorenha tomou proporções qualitativamente mais repressivas e virulentas, o que levou ativistas organizados e militantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMNL) a decidirem por um conflito direto e armado contra o regime militar e oligárquico de Alfredo Cristiani.

Em 1989, Ignacio Martín-Baró foi assassinado com um tiro na nuca por tropas paramilitares de elite — treinadas pela “Escola das Américas”, do exército dos Estados Unidos — que invadiram a UCA, onde morava e atuava como pesquisador, professor e vice-reitor. Conhecido como “Massacre da UCA”, tal operação exterminou seis professores jesuítas (dentre eles, o reitor da universidade, padre jesuíta e amigo de Baró, Ignacio Ellacuría) e duas trabalhadoras da universidade (uma caseira e sua filha adolescente) (Lacerda Junior, 2017; Pamplona, 2021).

Assim, Martín-Baró é perpassado por múltiplas facetas: era teólogo; professor universitário; psicólogo social e militante, com concepções radicais de transformação social. Apesar de não haver, na percepção das subscritoras, uma reivindicação estritamente marxista, Martín-Baró aproximou-se dessa tradição — e de outras com caráter crítico — ao longo de suas produções e atividades políticas.

As bases para a criação e a consolidação da Psicologia da Libertação, da qual é um fundador, estão alicerçadas nestas defesas. Esta linha surge em meio a uma crise da Psicologia Social não só como horizonte de uma atuação profissional, mas também como uma concepção de mundo. Portanto:

A crítica do autor à Psicologia e à realidade tem valor, justamente, por ser uma crítica marxista que rompe com uma concepção de ser individualista, a-histórica e, assim, alcança uma perspectiva dialética em que a ordem

---

explícito, que provocou a deterioração das condições subjetivas-objetivas da população salvadorenha, questão que mobilizou as produções do autor.

social é entendida tomando por base a luta de classes; todo o objeto da Psicologia é historicizado; a Psicologia é politizada e a realidade é tomada como ponto de partida de qualquer análise psicossocial (Martín-Baró, 1998, 2022, 2004a) (Guzzo; Lacerda Jr., 2022, p. 27).

A Psicologia, segundo Martín-Baró (1980/2017a), deveria ser uma oposição ao modelo homogeneizante do modo de produção capitalista, à padronização da subjetividade e a uma suposta neutralidade científica, desenvolvendo-se a partir das condições de vida e aspirações (projetos) de uma classe subalterna — estando, por conseguinte, vinculada a “práticas de classe”, como denominava (Pamplona, 2021).

Longe de uma visão que naturalizava a sociabilidade vigente, o autor defendia a organização popular — a partir de sindicatos, partidos políticos, movimentos de comunidade e sociais — como a principal no combate à violência, ao individualismo e à mentira institucionalizada. Logo:

É também se comprometer socialmente, mas pela propagação da solidariedade de classe, não do assistencialismo, é fomentar as organizações populares, não práticas sociais que somente retroalimentam o funcionamento institucional da igreja. São pelos menos dois aspectos fundamentais que diferenciam a prática eclesial politicamente compromissada em relação às outras: (1) considerar a história em movimento e não como sucessão de fenômenos predeterminados; (2) a ação salvadora como resultado da ação popular. Além disso, diferencia-se pela imagem de Deus como irmão e não como soberano. Poderíamos dizer que esta prática busca romper com o fatalismo, com a ideia de destino fatal, convenientemente ajustada para fins de docilização política.

Para Martín-Baró (1985), a consciência religiosa desemboca em dois tipos de fé: (1) fé intimista e milagreira; (2) fé libertadora. A primeira cultiva o fatalismo e se manifesta como acessório do individualismo burguês, a segunda revela um processo de conscientização, uma práxis política, uma militância oriunda do reconhecimento das relações de poder, violentas

e segregatórias. A consciência religiosa da “fé libertadora”, portanto, se apresenta como práxis política revolucionária, pois: potencializa a luta contra o fatalismo; compreende a salvação — inscrita em uma noção de justiça social — como produto humano; gera um novo sentido de pecado: tudo que produz injustiça estrutural e assim não respeita a vida humana (Euzébios Filho, 2023, p. 20).

São claras as influências da Teologia da Libertação em seu pensamento. Além de ter sido um padre ligado a essa corrente teórica, salienta-se o papel fundamental dessa doutrina nas lutas frente aos processos ditatoriais da América Latina, nas décadas de 1970 e 1980 (Pamplona, 2021), do pensamento de Paulo Freire (embasado na Pedagogia da Libertação) e nas teorias da dependência (Oliveira *et al.*, 2015). Somando a isso, percebem-se alinhamentos com a psicanálise, o existencialismo e a produção marxista (Guzzo; Lacerda Jr., 2022). Nessa linha, Baró faz a defesa de uma concepção coletiva de superação das desigualdades, da pobreza e da miséria como pautas de uma dedicação vitalícia, tratando Jesus como uma figura histórica, um militante, um revolucionário das causas populares, tendo a compreensão de que o exercício da fé e da missão eclesial deve ser politicamente comprometido (Euzébios Filho, 2023).

## **2. Categorias de análise baronianas: saúde mental, guerra e fatalismo**

Guzzo e Lacerda Jr. (2022) elencam três aspectos fundamentais da obra de Martín-Baró: o resgate da crítica marxista; a realidade tomada como ponto de partida e de chegada de uma análise; e um projeto histórico de massas ancorado na libertação como estratégia primordial. Por isso, como destacado no tópico precedente, os estudos de Baró estão fincados nas condições concretas de vida da classe trabalhadora salvadorenha — eis o debate da determinação social e os rebatimentos da violência de um contexto de guerra para saúde mental/sofrimento desses setores.

Na tese de De La Corte<sup>4</sup> (*apud* Guzzo; Lacerda Jr., 2022), o autor faz uma divisão esquemática para melhor compreensão da obra baroniana e de sua trajetória político-acadêmica. As três categorias que são elencadas para elucidar este segundo tópico — Saúde mental, Guerra e Fatalismo — estão presentes em ambos os eixos de estudo do autor:

- No eixo temático “pobreza”, Martín-Baró realizou estudos sobre a questão habitacional (focando as aglomerações salvadorenhas, que poderíamos considerar algo similar ao processo de favelização na atualidade); o machismo e a mulher em El Salvador; e o fatalismo (Guzzo; Lacerda Jr., 2022);
- No eixo temático “guerra”, o autor dedicou-se a compreender o processo de violência e a guerra (o debate de saúde mental adentra nesta seara); religião e comportamento político; e opinião pública (Guzzo; Lacerda Jr., 2022).

Com um posicionamento teórico-político crítico, Martín-Baró (1984/2017b, p. 251) salienta que a saúde mental deve ser tomada não como um “movimento de dentro para fora, mas de fora para dentro; não como encarnação do funcionamento individual interno, mas como a materialização, na pessoa ou no grupo, do caráter humanizador ou alienante de uma estrutura de relações históricas”. Em suma: a saúde expressa as condições objetivas de vida dos sujeitos numa certa sociedade, e como este processo é subjetivado, singularizado por esses sujeitos.

Logo, no modo de produção capitalista, a saúde mental/o sofrimento psíquico seria “[...] mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral” (Marx, 2006, p. 29). Ainda dialogando com o método marxista, Martín-Baró (1987/2017c, p. 29, colchetes das autoras) coloca que

---

<sup>4</sup> A obra de De La Corte, datada de 2001, é considerada a sistematização mais completa da vida e obra de Martín-Baró (Guzzo; Lacerda Junior, 2022). Infelizmente, não localizamos arquivos dela para uma leitura analítica, mas os pesquisadores que consideramos neste texto a tomam como referência em seus trabalhos.



a “distribuição da saúde mental está vinculada com a distribuição da riqueza produzida no país [e em nível mundial]”, relacionando a forma como os sujeitos produzem e reproduzem sua vida em uma sociabilidade particular.

A marginalização enfrentada pelos debates de subjetividade e saúde mental no campo marxista não é igualmente observada nos representantes de um modo de vida da classe burguesa, encabeçados pelas direitas conservadora e reacionária. Conforme Dardot e Laval (2017), existem projetos bem formatados e em curso dessa classe no que diz respeito à subjetividade, sendo um de seus desdobramentos aquilo que se caracteriza como “sujeito neoliberal”, um algoz de si mesmo, compreendido como desamparado das relações sociais e grupos, e cuja excessiva subjetivação o conduz a responder individualmente a problemáticas de cunho social.

No entanto, tal concepção de projeto de sujeito — que fortalece a ordem do capital e permite sua reprodução — objetivou se colocar, ideologicamente, como um catalisador dos anseios e dos desejos de uma classe que vivenciou processos de derrotas históricas: a crise do socialismo real e dos levantes revolucionários nos países periféricos; o esvaziamento e a destruição sistemática de sindicatos e partidos políticos; e a crise estrutural do capitalismo, que se reorganizou no seu novo modo de existência neoliberal, posicionando-se como uma única alternativa possível de horizonte vital.

Tomando um termo de Iasi (2011), esta fase do capital canalizou um “querer subjetivo” da classe trabalhadora e de suas frações em torno da inevitabilidade desta sociabilidade e do aperfeiçoamento constante deste “indivíduo” atomizado, e que silencia (ou aniquila) outras possibilidades de ser dos sujeitos, principalmente desta classe subalterna, bem como uma superação do capitalismo. Vale salientar que a própria conformação da subjetividade no interior da classe trabalhadora não é homogênea: Gomes (2017) apresenta em sua pesquisa a gama limitada de possibilidades e alternativas concretas em vida existentes a esta classe, justamente pela apropriação privada dos meios de produção pela burguesia.

Todavia, mesmo com esta consideração, há a estratificação intra-classe, reproduzindo as próprias desigualdades sistêmicas. Logo, as opressões de gênero, raça e classe emergem nas diferentes trajetórias, que atravessam os processos de subjetivação, moldando os sujeitos e seus modos de vida.<sup>5</sup> Tal como disserta o autor:

Essa diferenciação entre e intraclasses sociais determina mecanismos qualificadores que reproduzem as distinções entre os sujeitos. Em seu desenvolvimento desde a infância até a vida adulta — produtiva — os sujeitos são incluídos em dinâmicas que lhes qualificam física, psíquica e ideologicamente para exercerem as funções prescritas ao grupo social do qual participam. Ao passo que os indivíduos da classe burguesa podem ter acesso a um amplo espectro de objetivações humanas que podem lhes qualificar como sujeitos mais integrais — bens, cultura, ciência, arte etc. —, os trabalhadores recebem uma qualificação mais restrita, necessária ao desenvolvimento de sua função na divisão sociotécnica do trabalho. Entre esses, alguns serão capacitados para atividades mais manuais, outros serão formados como trabalhadores intelectuais. Dentro desses recortes, por sua vez, as atividades manuais e intelectuais também são múltiplas, articuladas em arranjos variados, exigindo habilidades distintas a depender de cada atividade produtiva particular (Gomes, 2017, p. 32-33).

A tratativa ínfima ao debate crítico a respeito da dimensão subjetiva e sua relação com um projeto político de transformação social seriam expressões, no Brasil, de um *éthos* burguês imperialista destinado à periferia do sistema capitalista, que dissemina a compreensão de que há sujeitos e processos de subjetivação dignos de se pensar e elaborar, que “adquirem” *status* de superioridade moral; enquanto, para outros, destinam-se concepções espoliadoras, colonizadoras e de assujeitamento, delineadas não só para uma adaptabilidade a esta

---

<sup>5</sup> Portanto, não basta só se reconhecer como classe, mas também é importante compreendemos sobre qual fração desta classe pode existir e, conseqüentemente, ser compreendida como sujeito.

ordem social, mas também aprofundando a desumanização, basilar da sociedade capitalista.

Sua concepção de sofrimento foge de uma análise encapsulada à esfera individual, que incorre ao abstrato. A saúde mental seria, então, além de um sintoma desta sociabilidade, expressão de uma faceta de negação; que se opõe a esta ordem, porém, ainda se caracterizaria como uma resposta de caráter alienante e estranhada (Santos, 2022), por ser produto de uma sociabilidade fundada nestes elementos.

Não existem “coincidências” neste cenário: quando Martín-Baró (1987/2017c) afirma que a distribuição da riqueza socialmente produzida afeta de maneira direta a saúde mental dos sujeitos, percebe-se a relação desta constatação nos países periféricos, sendo possível acrescentar que, perante a generalização da precarização da vida — levada a cabo com o neoliberalização (Harvey, 2007) —, o aumento significativo de quadros de sofrimento psíquico (WHO, 2019) e o espraiamento do sofrimento social (Machado; Giongo; Mendes, 2016) também passaram a ser uma realidade marcante nos países centrais, que vivenciam a mesma crise estrutural, apesar das condicionalidades histórico-sociais distintas.

Justifica-se a relevância deste debate para o Serviço Social, pois mesmo a categoria tomando hegemonicamente como referencial teórico o método da crítica da economia política não só para compreender a assim chamada “questão social” e suas expressões, mas também como método de análise da realidade, percebe-se que há desafios teóricos internos à profissão, na tratativa e na compreensão da relação entre a dimensão subjetiva e a produção material da vida.

Esta última se encontra estruturada no total desamparo característico do modo de existência neoliberal do capital, configurando o receio da perda de um “objeto concreto” — por exemplo, um emprego, habitação, aposentadoria e direitos básicos (Furtos *apud* Machado; Giongo; Mendes, 2016, p. 235). Tal contexto exige que a categoria profissional compreenda as nuances desta precarização social, a fim de que sejam respondidas qualitativamente no âmbito das políticas públicas (entendendo, inclusive, os limites da profissão) e nas pesquisas no âmbito acadêmico.

Entende-se que este medo possui bases materiais, quais sejam: a reestruturação produtiva e o processo de neoliberalização, que ampliaram a precarização (ou completa destruição) dos pilares de reprodução social externos ao domicílio — as instituições e as políticas públicas que garantem, minimamente, as necessidades básicas de vida dos trabalhadores. Porém, cabe reforçar que estes impactos objetivos são indissociáveis da conformação da subjetividade, alvo indireto da intervenção profissional do(a) Assistente Social: as condições materiais da realidade, juntamente às diversas dimensões dos sujeitos — que não são abstratos: possuem classe; gênero; sexualidade; raça; nome e história (Costa; Mendes, 2021a) —, formam a personalidade, as características multifacetadas, e influenciam nas escolhas e ações políticas dos indivíduos sociais, esse sim, um dos elementos em que se busca intervir de maneira qualificada, tanto como profissionais quanto como militantes.

No Brasil, é notável, por exemplo, as manifestações expressivas de sofrimento: conforme dados da OMS (WHO, 2015; 2019), o país possuía 5,8% da população convivendo com depressão (11,5 milhões de brasileiros) (WHO, 2015).<sup>6</sup> Somos o país mais deprimido da América Latina, o mais ansioso do continente (WHO, 2019) e que apresentou um aumento considerável de compra de ansiolíticos e antidepressivos na pandemia de covid-19 (Américo, 2021), sendo que o aumento de consumo de fármacos já vinha ascendendo nas últimas décadas.

Este aprofundamento dos quadros de sofrimento psíquico não é uma excepcionalidade brasileira. Houve um aumento destas expressões de sofrimento, mesmo que em menor grau, no conjunto das Américas e África (WHO, 2019), o que reforça a validade da concepção de “determinação social de saúde” (Laurell, 1982), ou seja, da indissociabilidade entre condições objetivas de produção da vida (para sobrevivência e humanização destes sujeitos) e a produção de saúde mental.

---

<sup>6</sup> Vale pontuar que tais dados já eram subnotificados, podendo configurar um cenário mais sério do que o apresentado.

No caso dos países de periferia, aqui, focando o Brasil, pode-se tomar a categoria baroniana de “guerra” para análise. Martín-Baró (1984/2017b), em seu texto “Guerra e saúde mental”, indica três elementos fundamentais da guerra civil no seu país, El Salvador, que seriam geradores de consequências na saúde mental: (1) *a violência sistêmica*; (2) *a polarização social*; e (3) *a institucionalização da mentira*.

A violência, apresentada pelo autor em seu caráter estrutural e estruturante, é compreendida como a categoria que mais sofre influências ideológicas — no sentido negativo explicitado, marxiano e engelsiano, atrelada à dominação (Marx; Engels, 2007) —, sendo imediata, também, a observação das suas consequências. A violência é uma relação social, na qual seus recursos são utilizados a fim de garantir interesses e privilégios de classe, cujo fim último é o extermínio físico do inimigo (Martín-Baró, 1984/2017b) e, quando não esse, acarreta numa fatalização subjetiva (Costa; Mendes, 2021a).

Influenciado pelo psiquiatra e militante martinicano Frantz Fanon, Baró entende a violência também como uma imposição do colonizador, que “é introjetada pelo colonizado, ficando ancorada em sua musculatura como uma tensão reprimida e em sua mente como culpa assumida” (Fanon *apud* Martín-Baró, 1987/2017c, p. 193). Assim, ao qualificar a concepção de guerra — colocando a violência como seu aspecto mais latente —, Martín-Baró a trata como um fenômeno eminentemente social: quanto mais naturalizados, banalizados os requintes da violência se tornam, mais “infectadas” estão as raízes das relações humanas desta sociabilidade (Martín-Baró, 1984/2017b).

Um segundo elemento presente na categoria “guerra” é a polarização social, ou seja, um “deslocamento dos grupos para extremos opostos” (Martín-Baró, 1984/2017b, p. 257). Seria uma fragmentação da classe social, com a construção de inimigos internos, brutalizados por suas condições já precárias, que atacam uns aos outros por suas diferenças, ao invés do sistema que engendra este modo de vida alienante e estranhado. Esta polarização é procedente da divisão de classes, somando-se

à dinâmica social, e produz “[...] fissura crítica nos marcos de convivência, que resulta em uma diferenciação radical entre ‘eles’ e ‘nós’, segundo a qual ‘eles’ são sempre e de antemão ‘maus’, enquanto nós somos ‘bons’” (Martín-Baró, 1984/2017b, p. 258).

Por fim, a mentira, que “chegou a impregnar de tal maneira a nossa existência, que acabamos forjando um mundo imaginário, cuja única verdade é precisamente a de que se trata de um mundo falso e cujo único apoio é o temor da realidade” (Martín-Baró, 1984/2017b, p. 259). Um ambiente tomado pela mentira, pela pulverização e pela fragmentação — característico de um contexto polarizado socialmente — consolida uma vida marcada pela violência e pela disseminação da insegurança, um cenário que permanece evidente e constante nos países periféricos, mesmo que não haja uma guerra “formalizada”.

Costa e Mendes (2020b) identificam ecos destes elementos na realidade brasileira. Compreendemos, a partir desses autores, poder asseverar que vivenciamos na atualidade um contexto de guerra “não declarada”, que espolia objetivamente os sujeitos e engendra uma subjetividade pobre e (quase) limitada pelos marcos do capitalismo:

Miremos a nossa conjuntura e a sua formação. Em nosso caso, os antagonismos sociais são mistificados e se “transferem” aos indivíduos, no sentido que as fraturas sociais de classes, que se consubstanciam às de raça e etnia, gênero e sexualidade, que são estruturais, se “individualizam”, ocasionando essa polarização e disputa entre grupos e indivíduos. Nisso, tais fraturas estruturantes são mistificadas, obnubiladas, se mantendo. A polarização, que emerge da condição desigual de nossa sociabilidade, se individualiza, “encarna” nos indivíduos — muitos deles também explorados e oprimidos —, fazendo com que se polarizem e disputem entre si, enquanto a ordem permanece intacta ou se aproveita disso para intensificar sua condição de desigualdade. E o que dizer das ditas *fake news*, da sensação de descrença e descrédito de legitimidade no regime político, eivado de denúncias de corrupção, se não elementos constituintes dessa realidade “mentirosa”. Entretanto, se um sistema necessita se pautar por inversões e mistificações a partir da mentira, não seria ele mesmo uma mentira? Ademais,

não seria a própria máxima de que políticos são todos corruptos, logo a política é ruim, também uma mentira proposital para a deslegitimação de tal âmbito, contribuindo para a perpetuação deste sistema, novamente, mentiroso? A partir disso, não teríamos todos os elementos necessários para a caracterização de uma guerra, segundo Martín-Baró, por mais que não estejamos em uma formalmente, seja ela civil ou contra outras nações? (Costa; Mendes, 2020b, p. 6).

Esta realidade de permanente violência e brutalização dos sujeitos leva as autoras a concordarem (em partes) com as elaborações *baronianas* acerca do fatalismo latino-americano. Baró caracteriza o fatalismo como uma resignação diante das circunstâncias da vida, do conformismo e da aceitação da inevitabilidade do “destino fatal” e (um elemento que achamos o mais interessante de seus apontamentos) a “redução do horizonte vital ao presente” (Martín-Baró, 1987/2017c, p. 155).

Observam-se as nuances de seus escritos sobre fatalismo, que servem para uma análise do modo de existência neoliberal, que sofisticada e agudiza um cenário de “estreitamento forçado das possibilidades de vida” (Martín-Baró, 1987/2017c, p. 153), justamente em um momento histórico que consolida uma crise de projeção de futuro e de uma disputa fragmentada pelo campo político da esquerda pela superação da ordem do capital (Fernandes, 2019).

Fora exposta que a concordância com esta elaboração é parcelar, uma vez que tal caracterização pode levar à inferência de que o “fatalismo” seria algo tipicamente latino-americano, e não fruto de um processo de socialização alienada e estranhada do capital; de uma postura particular de determinados segmentos frente a uma realidade material, que expropria permanentemente a classe dominada.

Costa e Mendes (2020c) atualizam esta concepção, ressaltando que esta marca aparentemente “naturalizante”, “psicologizante” da categoria “fatalismo” não é algo presente no conjunto da obra do autor — que possui contribuições fundamentais para a tradição marxista —, mas cabe a problematização e a apropriação dessa de maneira dialética, somando

a faceta de resignação com as posturas de revolta antissistêmicas e/ou reformistas (Costa; Mendes, 2020c).

O fatalismo não se forja apenas como uma aceitação de um destino imutável: existe uma dialética no fatalismo que complexifica tal fenômeno, demonstrando os equívocos de disseminar um discurso de *uma passividade dos brasileiros e de uma classe adormecida*. Na letra de Costa e Mendes (2020b, p. 694):

Ao mesmo tempo em que uma atitude submissa atrelada a um suposto destino pronto é manifestação adaptativa à vida em uma sociedade cada vez mais incerta e insegura, ela também expressa a própria miséria dessa realidade que carece de posturas como essa para se manter. [...] Assim, o fatalismo é, dialeticamente, a expressão da miséria real e o protesto contra ela. A análise crítica do fatalismo supõe a análise crítica radical da sociedade que produz o fatalismo. Romper com o fatalismo que se volta aos indivíduos significa fatalizar a ordem que o produz e necessita dele para se manter, a ordem que é fatalista; isto é, transformá-la radicalmente.

Logo, levando-se em conta somente o determinante resignado do fatalismo, não seria possível compreender as demandas subjetivas e objetivas dos trabalhadores por mudanças materiais da vida, mesmo que canalizadas para um projeto de aniquilamento e fortalecimento do capital. O desamparo, a insegurança social e a precarização estrutural desembocam em um sofrimento social (Machado; Giongo; Mendes, 2016), que tem sido respondido/mistificado com ofensivas neoconservadoras como parte da estratégia ideológica da classe dominante (Souza, 2020).

## Algumas considerações

Sem pretensões de ser conclusivo, o presente artigo buscou abordar as reflexões parciais que vêm sendo desenvolvidas na pesquisa de doutorado de uma das autoras. Objetivou-se apresentar, de forma breve, a trajetória do militante e psicólogo salvadorenho Ignacio Martín-Baró,



três de suas principais categorias analíticas e aspectos fundantes de seu pensamento.

No que tange às discussões no âmbito do Serviço Social, entende-se que o fortalecimento da organização e de um projeto de classe pautado na emancipação humana perpassa pelo entendimento da complexidade das dimensões de fatalismo e saúde mental. Esta última categoria trabalhada por Martín-Baró relaciona-se com os anseios e as demandas dos trabalhadores não atendidos (e que nem serão) pela ordem do capital e a relação destes dois pilares com o sofrimento massivo, que se sofisticou e agudizou com a consolidação do modo de existência neoliberal.

Ao contrário da tendência de naturalização dos processos por parte da classe dominante e suas frações, concorda-se com os apontamentos de Costa e Mendes (2020c) sobre a necessidade de compreensão dialética do fatalismo, direcionando-o a uma perspectiva de ruptura das estruturas do capitalismo, bem como as autoras compartilham da noção de que a superação de um contexto de “guerra não declarada” é necessariamente enfrentar — não só no âmbito da categoria Serviço Social, mas sobretudo organizativamente, como sujeitos políticos coletivos — a fatalização e a brutalização da subjetividade dos trabalhadores brasileiros, expressas no aprofundamento do sofrimento psíquico; mas, também, estaria relacionada com o relativismo de ideias, do fortalecimento do ideário pós-moderno (Souza, 2020) e o recrudescimento do reacionarismo.

## Referências

---

AMÉRICO, T. Venda de antidepressivos cresce 17% durante a pandemia. *CNN Brasil*, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/venda-de-antidepressivos-cresce-17-durante-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2021.

COSTA, P. H. A.; MENDES, K. T. Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a psicologia brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 36, n. esp., e36nspe14, p. 1-12, 2020a.

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T. Pandemia, questão social e as implicações à psicologia brasileira. In: LAZZARINI, E. R. et al. (org.). *Psicologia clínica e cultura contemporânea*. Curitiba: CRV, 2020b. p. 207-224. 566 p. (Coleção Psicologia Clínica e Cultura — UnB, v. 5).

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T. Dialética do fatalismo: do fatalismo dos indivíduos para o da ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 2, p. 682-702, 2020c.

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T. Saúde mental em tempos de crise e pandemia: um diálogo com Martín-Baró. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 13, n. 1, p. 217-231, jan./mar. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

EUZÉBIOS FILHO, A. *Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina*. Curitiba: CRV; São Paulo: Ipusp, 2023. 115 p. (Coleção Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 3).

FERNANDES, S. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 400 p.

GOMES, R. M. *Humanização e desumanização no trabalho em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (org.). *Psicologia social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2022.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. Tradução: Marijane Vieira Lisboa. *InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 2, n. 4, p. 1-30, ago. 2007.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LACERDA JUNIOR, F. Colocando a psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. In: MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução: Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 7-22.

LAURELL, A. A saúde-doença como processo social. Tradução: E. D. Nunes. *Revista Latinoamericana de Salud*, Ciudad de México, n. 2, p. 7-25, 1982.

MACHADO, F. K. S.; GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R. Terceirização e precarização do trabalho: uma questão de sofrimento social. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 16, n. 36, p. 227-240, ago. 2016.

MARTÍN-BARÓ, I. O psicólogo no processo revolucionário (1980). In: MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução: Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017a. p. 25-29.

MARTÍN-BARÓ, I. Guerra e saúde mental (1984). In: MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Organização, notas e tradução: Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017b. p. 251-270.

MARTÍN-BARÓ, I. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano (1987). In: LACERDA JÚNIOR, F. (org.). *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Vozes, 2017c. p. 152-179.

MARX, K. *Sobre o suicídio*. Tradução: Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, L. B. de et al. Vida e a obra de Ignacio Martín-Baró e o paradigma da libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, v. 3, n. 1, p. 205-230, 2015.

PAMPLONA, P. Martín-Baró, mártir da psicologia da libertação latino-americana. *Jacobin*, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/11/martin-baro-martir-da-psicologia-da-libertacao-latino-americana/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SANTOS, C. B. de O. *Sofrimento psíquico e militância: apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários*. 2022. Dissertação (Mestrado) — Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.posgraduacao.epsjv.fiocruz.br/dissertacoes/sofrimento-psiquico-e-militancia-apontamentos-sobre-discussao-de-saude-mental-nos>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SOUZA, J. M. A. de. *Tendências ideológicas do conservadorismo* [recurso eletrônico]. Recife: Editora UFPE, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Plan of Action on Mental Health 2015-2020*. Geneva: WHO, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Mental disorders*, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders>. Acesso em: 24 jan. 2024.

## Sobre as autoras

CLARA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS – Mestre em Educação Profissional em Saúde. Pesquisadora de Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social. Assistente social no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Angra dos Reis/RJ, Brasil.

E-mail: clarab.santos7@gmail.com

RACHEL GOUVEIA PASSOS – Pós-doutora em Serviço Social e Políticas Sociais. Pós-doutora em Direito. Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos. Professora da graduação e da pós-graduação em Serviço Social.

E-mail: rachel.gouveia@gmail.com